

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

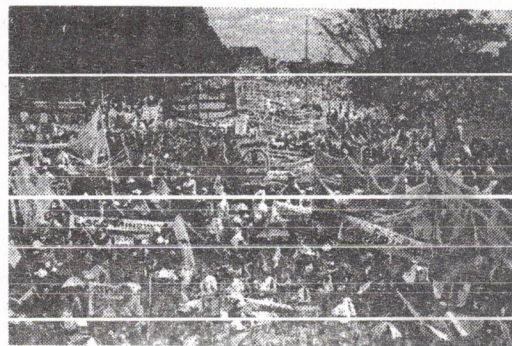
ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 266 - DE 18 DE AGOSTO A 01 DE SETEMBRO DE 2003 - R\$ 1,50



Os sem-terra e os sem-teto se mobilizam por todo o país no campo e na cidade. A burguesia se arma e prepara repressão. O governo faz menos assentamentos que FHC e manda a Polícia Federal investigar as lideranças. José Rainha é preso e condenado.

**Todo apoio às ocupações de terra e prédios no campo e nas cidades!
Que o governo atenda às reivindicações!**

A reforma da Previdência é parte de um conjunto de medidas de ataque à vida das massas em benefício dos capitalistas. A luta contra as reformas neoliberais tem de ser travada com a luta nacional de massa, que junte o movimento operário, camponês, popular e estudantil e imponha aos capitalistas e ao governo as reivindicações das massas. A divisão imposta pelas direções comprometidas com a governabilidade leva à derrota. A saída não é a pressão parlamentar, e sim que as massas tomem a resolução de seus problemas em suas próprias mãos. Pôr em pé a luta antiimperialista e anticapitalista.



Quinzena de Luta do Movimento Operário

Para a Burguesia Autovisão é solução, para os operários Autovisão é facão

O projeto da montadora alemã no Brasil prevê a transferência de 1.923 funcionários da fábrica da Anchieta, em São Bernardo, e de 2.010 da de Taubaté, no interior do Estado, para a Autovisão, empresa que dizem ser criada para recolocar a mão-de-obra excedente no mercado de trabalho.

Mas, para os trabalhadores, a Autovisão é demissão, um engodo preparado para tirar da Volks a responsabilidade por cerca de quatro mil trabalhadores.

Já os pelegos da direção sindical, apesar de dizerem que a medida vai contra os acordos trabalhistas firmados nas duas unidades em 2001, e que prevêm estabilidade aos funcionários até 2004, em Taubaté, e 2006, em São Bernardo, não são contra a criação da Autovisão. Apenas querem negociar como ela será formada. Neste momento, a burocracia ainda se coloca como radicalizada. Feijó disse que se a reivindicação não for atendida, os sindicatos vão manter as mobilizações diárias dentro das fábricas. "Quero ter certeza de que os funcionários poderão entrar na fábrica no dia 1º de setembro – data imposta pela Volks para iniciar a transferência dos funcionários para a Autovisão –, mesmo que as negociações não terminem nesta data"

Resta agora esperar até quando este aparente radicalismo da direção vai acabar, pois para a burocracia uma greve está descartada, alegam que não serviria para pressionar a empresa, que está com os pátios lotados.

Força Sindical e CUT se unem para campanha salarial

A Força Sindical e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) vão atuar unidas na campanha salarial das categorias que têm data-base neste semestre – como metalúrgicos, químicos, petroleiros e bancários. A pauta de reivindicações das negociações tem cerca de 120 pontos, mas a luta unificada das duas entidades será baseada segundo a burocracia em questões consideradas prioritárias, tais como reajuste salarial, reposição de perdas, redução da jornada de trabalho, participa-

ção nos lucros e resultados e manutenção das cláusulas sociais.

Além desta pauta básica, as burocracias forcionistas e cutistas dizem que as duas entidades sindicais devem elaborar uma lista a ser encaminhada ao governo Lula, com o objetivo de estimular o aumento de investimentos e propiciar a criação de emprego e o crescimento econômico, ou seja apoio à burguesia. Os trabalhadores não devem apoiar as reivindicações patronais.

Que campanha salarial os trabalhadores necessitam?

A CUT lançou a campanha salarial, entregando a pauta de reivindicações à Fiesp. Mas que campanha salarial os trabalhadores necessitam? Certamente, não é essa planejada pela direção da CUT, nem a da Força Sindical. As Centrais sindicais estão comprometidas com a aprovação das reformas neoliberais, que atingem em cheio a vida dos assalariados. Ambas assinaram acordos de "flexibilização do trabalho", portanto de demissões e eliminação de direitos.

Uma verdadeira campanha salarial deve iniciar com a revogação de todos os acordos que implicaram destruição de conquistas trabalhistas e de postos de trabalho. Deve ter como centro a luta pelo emprego e pelo reajuste imediato dos salários.

Uma campanha salarial de luta deve iniciar com a convocação de assembleias em todas as fábricas, visando a assembleia geral.

Uma campanha salarial deve aprovar na assembleia geral uma pauta única que unifique a classe operária contra o patronato.

Uma campanha salarial deve organizar, desde já, a greve. Porque os patrões estão unidos contra os empregos e os salários. Não há possibilidade de realizar uma campanha salarial sem preparar as condições para enfrentar o patronato e os governos, que retiram direitos e impõem o arrocho salarial.

600 mil demissões. E os 10 milhões de empregos?

O desemprego tem batido recordes no país. Só no governo Lula, foram mais

de 600 mil demissões, e houve milhares de vagas de trabalho extintas. Ao contrário da promessa de 10 milhões de empregos, a política recessiva do governo deve levar a um aumento do desemprego.

O desemprego é parte da estrutura e funcionamento do capitalismo. Seja nos momentos de crescimento, seja nos de recessão, o capitalismo tem de manter o exército de desempregados. Esse exército cresce mais nos momentos recessivos, como o atual.

A redução do desemprego depende da luta de classes. É a mobilização operária que consegue impor aos capitalistas a contratação e preservação do emprego, às custas de redução de seus lucros e preservação da exploração do trabalho assalariado. Não será nenhum governo que concederá empregos por decreto. Nenhum governo capitalista agirá em favor dos assalariados contra o capital.

O capitalismo mundial não tem conseguido superar as tendências recessivas, mesmo com a aplicação das medidas neoliberais, de abertura dos mercados dos países atrasados. Agora, o contrário ocorre, o parasitismo financeiro acelera a recessão e as quebras.

A pretendida reforma trabalhista não passa da destruição de direitos trabalhistas para preservar lucros capitalistas, que tendem a cair. Os direitos trabalhistas constituem parte dos salários, que são o preço da força de trabalho. A redução dos salários aumenta a exploração do trabalho e a opressão social. Ao invés de permitir o aumento do emprego, como se afirma, a reforma trabalhista só vai significar mais exploração e maior facilidade aos patrões para demitirem.

A aplicação do governo Lula na realização da reforma trabalhista mostra que cumprirá seus compromissos com o poder econômico que o elegeu, e deixará os 10 milhões de empregos como mais uma promessa eleitoral demagógica.

As massas podem arrancar os empregos e se defenderem das demissões. Para isso, têm de se unir na luta. Contra a traição das direções, que fazem os acordos malditos de redução de direitos e apoiaram as reformas antinacionais e antipopulares do governo Lula.

Crise do governo Lula

O governo Lula atravessa uma crise, que expressa as contradições decorrentes da crise capitalista. As tendências recessivas mundiais pressionam a economia do país para trás. A política econômica do governo, determinada pelos compromissos com o capital financeiro internacional, é recessiva e aprofunda as tendências à retração econômica. As frações capitalistas vinculadas à indústria, construção civil, comércio e ao mercado interno pressionam o governo para que reduza os juros e libere verbas para aumentar a circulação de dinheiro no mercado. O governo fica sem ação, reduziu muito pouco os juros, indicando vacilação entre a preservação do elevado parasitismo financeiro e o atendimento às pretensões dos capitalistas nacionais.

As ocupações de terras foram retomadas, justamente pela falta de ação do governo quanto à prometida reforma agrária. As lideranças de sem-terra não são capazes de conter o movimento, pela tremenda necessidade de atendimento das condições de sobrevivência dos acampados nas estradas. O MST realiza ocupações, saques e marchas pelo país. Os latifundiários, preocupados com a ação dos camponeses pobres, armam-se e pressionam a justiça burguesa a atacar as lideranças dos oprimidos. A ação dos jagunços, a prisão e condenação de José Rainha são assistidos pelo governo, que não pode agir contra os fazendeiros que o ajudaram a se eleger. O governo encontra-se paralisado diante dos conflitos no campo e não consegue realizar nem mesmo o número de assentamentos de FHC.

A reforma da previdência avança sob fogo cruzado. As castas privilegiadas não aceitam nenhum tipo de perda. Os juízes foram vitoriosos contra as pretensões do governo de limitar suas aposentadorias. Os parlamentares foram pressionados pelos caciques dos Estados a votarem pela reforma da previdência, mas sob concessões do governo Federal aos Estados na reforma tributária. O funcionalismo federal mantém uma greve contra a reforma à qual se juntam universidades nos estados.

A recessão impõe 600 mil demissões num semestre. A indústria aponta para mais demissões e fechamento de postos de trabalho. O governo acena com a concessão de redução do IPI, mas isso não satisfaz os capitalistas, que sabem da profundidade das tendências recessivas, sabem que não haverá retomada das vendas pela redução de preços. E não os reduzirão, nem cancelarão as demissões.

A crise no governo Lula é expressão da impossibilidade de estabilidade política em meio à desintegração da economia. Para preservar os interesses dos monopólios, das multinacionais e do capital financeiro internacional, qualquer governo capitalista no país terá de descarregar o peso da crise sobre os explorados e ainda cortar na própria carne da burguesia. Parte dos capitalistas nacionais tem de quebrar para que se preservem os interesses do capital imperialista e da burguesia em geral.

Os explorados têm de se organizar nacionalmente para lutar por suas reivindicações mais sentidas, que têm seu atendimento em contradição com os do imperialismo e burguesia nacional. A luta pelas reivindicações opõe as massas ao governo Lula, que só pode expressar, pelos seus compromissos, os

interesses dos capitalistas contra as massas. As direções dos movimentos operário, popular, camponês e estudantil, comprometidas com a sustentação do governo do PT/Lula, têm bloqueado a luta e a ação unitária das massas, favorecendo a ofensiva capitalista. A tarefa dos revolucionários é combater a política dessas direções e estimular a ação direta e unitária das massas pelas suas reivindicações, que as levarão ao choque com o governo do PT/Lula e à quebra das ilusões.

Como os sem-terra têm respondido às promessas do governo PT/Lula

Já são, nesses sete meses, 55 ocupações de terras somente em Pernambuco;

- 171 ocupações neste ano, bem acima das 103 ocorridas no ano passado;
- Aumenta a cada dia o número de acampados à beira das estradas;
- 67 dias de marcha de 800 camponeses sem-terra pelas estradas do Rio Grande do Sul;
- Os saques e os bloqueios de rodovias se generalizaram. Os camponeses famintos estão obrigados a saquear os armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), como ocorreu em Rondonópolis, Mato Grosso do Sul.
- Os camponeses pobres exigem do governo Lula que imediatamente cumpra a promessa da reforma agrária, assente todos os que estão acampados e dê as condições para o plantio.

Os latifundiários intensificaram a repressão

- De janeiro a julho, já ocorreram 18 assassinatos de sem-terra;
- Puseram na cadeia José Rainha;
- Criaram mais milícias para-militares
- Ampliaram as ações a campanha política contra o MST
- Fortificaram a UDR

O governo PT/Lula

- Diz que não há condições de atender as reivindicações dos sem-terra;
- Ampliou as campanhas contra o MST, acusando de sofrer infiltrações de guerrilheiros foquistas;
- Deu suporte à prisão de José Rainha;
- Condenou os saques e as ocupações de terra;
- Faz campanha política contra os métodos usados pelos sem-terra;
- Prega o pacifismo burguês, para condenar as ocupações.

Os que os sem-terra têm mostrado

- Que o governo não cumprirá a promessa de reforma agrária;
- Que não há outra via para conquistar a terra senão por meio dos métodos próprios da luta de classe.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário à manifestação contra a Reforma da Previdência

Combater com greves e manifestações o governo vendido aos banqueiros

O PT e suas correntes de esquerda (DS, O Trabalho, Força Socialista etc) prometeram 'um governo democrático e popular', voltado à soberania do País e às reformas desenvolvimentistas. Prometeram que constituiriam uma alternativa de poder do 'campo democrático e popular', aumentariam a democratização com a participação das massas e varreriam a oligarquia reacionária, parasitária, corrupta etc.

Para que tudo isso acontecesse, era preciso um gesto dos explorados: 'votar bem'. O que queria dizer deixar de votar nos velhos partidos da ordem - dos banqueiros e latifundiários. O PT, por esse caminho, constituiria um novo partido para uma nova ordem.

Mas eis que o partido do 'campo democrático e popular' edificou um governo do campo pró-imperialista, antinacional e antipopular. Um governo dos banqueiros, latifundiários e multinacionais. Responde, portanto, aos interesses do grande capital.

Um governo que se assenta na política de alianças com os governadores, que mandam e desmandam nos parlamentares. Reproduz a política da oligarquia burguesa.

Um governo que coloca acima de tudo os acordos internacionais de importação de capital parasitário e pagamento de gigantesca soma de juros das dívidas. Subordina, assim, o conjunto da economia nacional ao império das potências.

Um governo que renuncia estabelecer uma diretriz econômica independente dos planos e metas ditados pelo FMI.



Sustenta a continuidade do saque do País semicolonial.

Um governo que descarrega a crise do capitalismo sobre as massas. Impõe aos oprimidos os objetivos dos saqueadores imperialistas e dos grandes exploradores nacionais.

Não é preciso estender ainda mais as características do governo PT/Lula para ver que se trata de um governo oposto ao proletariado, aos camponeses pobres e à classe média urbana arruinada.

A ilusão da esquerda reformista pequeno-burguesa de que era possível 'um governo democrático e popular', parido pelo saber votar e pela contagiosa ilusão de que o capitalismo decadente é reformável, mostrou-se rapidamente reacionária. Serviu de máscara ideológica para arrastar os explorados por detrás de uma política pequeno burguesa, que, em última instância, deriva da política burguesa.

É com essa política que se tem desviado a militância de construir o partido revolucionário do proletariado.

De um lado, a direita petista (Articulação e aliados) tem usado essa política para combater o programa da revolução e ditadura do proletariado; de outro, a

esquerda petista a tem usado para deformar o marxismo, transformando-o na caricatura do governo democrático e popular e no método do pacifismo eleitoral.

Não por acaso, o PCdoB estalinista está metido nesse governo, baixando suas bandeiras do nacionalismo burguês e ajudando-o a dar continuidade às reformas neoliberais de FHC.

A reforma criminosa da Previdência evidenciou a conduta de todas essas cor-

rentes.

A Força Socialista, do deputado Ivan Valente, e deputados vinculados ao MST/Igreja se abstiveram, mostrando oportunismo e covardia. Os três deputados da esquerda petista que votaram contra já estão praticamente expulsos. Somente os três estão mostrando coerência no voto contra as reformas continuístas, mas não foram capazes de identificar suas responsabilidades com a estratégia do governo democrático e popular e por defenderem o voto no PT quando esse publicou a Carta aos Brasileiros. Seu oposicionismo parlamentar atual não os livra da responsabilidade de defender a construção do PT como alternativa de poder, quando esse já havia demonstrado claramente ser instrumento dos capitalistas.

Só tem sentido essa observação porque já se levanta a bandeira de um novo partido de esquerda eleitoral - contraposta à tarefa de construir o partido do programa da revolução e ditadura do proletariado, portanto, marxista-leninista-trotskista.

Mas o essencial é entender que o PT/Lula e seus aliados não têm outra via

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

senão atacar a vida das massas para ajustar os interesses do grande capital e administrar a crise do capitalismo.

O próximo passo é a reforma trabalhista. Medidas nesse sentido já vêm sendo impostas desde o governo FHC, com a conivência da burocracia sindical. O que o grande capital exige é dar legalidade e avançar ainda mais na liberdade dos capitalistas adaptarem a força de trabalho à crise e aos interesses dos monopólios.

A burocracia sindical cutista, que se tornou abertamente oficialista, já está agindo para ludibriar os trabalhadores com a reforma sindical. Nos Congressos da CUT, dos metalúrgicos de São Bernardo, dos petroleiros, da UNE e outros previstos, o objetivo tem sido o mesmo: apoiar o governo PT/Lula com posição propositiva.

Sob o governo FHC, a linha era fazer oposição propositiva, o que significou sustentar sua estabilidade em favor das reformas neoliberais. Sob o governo

Lula, a burocracia sindicalista está metida diretamente na máquina estatal, o que impõe maior grau de estatização. O boicote da direção da CUT à greve do funcionalismo reflete a subordinação da Central ao governo.

Um governo que controla diretamente as organizações do proletariado é um grande perigo para os explorados. Sua revolta não encontrará expressão organizativa e a burocracia utilizará de todos os meios para frear o combate. É o que já está acontecendo. Desenvolvem-se por todo País movimentos, mas a CUT não serve de comando de unificação das massas contra as reformas neoliberais, o desemprego crescente, o esmagamento salarial, o descontentamento da juventude, os movimentos urbanos e rurais dos sem-teto e dos sem-terra.

Os camponeses estão enfrentando violentas perseguições dos latifundiários e da justiça. Sob o governo Lula, José Rainha foi preso sob acusação de porte ilegal de arma e formação de quadrilha,

enquanto que os fazendeiros empunham abertamente armas contra os sem-terra. A burguesia faz tremenda campanha para que o governo reprima ainda mais. E a resposta tem sido a de defesa da propriedade latifundiária da terra e ameaça às ocupações.

Estão aí razões suficientes para rechaçar qualquer apoio ao governo PT/Lula. Combater a política de estatizar os sindicatos. Trabalhar para que a classe operária unifique atrás de si os inúmeros movimentos. As bandeiras de fim de toda reforma neoliberal, emprego a todos, salário mínimo real, defesa dos direitos trabalhistas, rompimento de todos acordos com o imperialismo e reforma agrária exigem que sejam colocadas nas ruas contra o governo de traição aos trabalhadores.

Companheiros e companheiras, tomemos em nossas mãos a tarefa de construir o Partido Operário Revolucionário - o partido que tem por programa a revolução e ditadura do proletariado.

Ataque aos Trabalhadores

Os deputados federais votaram, em primeiro turno, a Reforma da Previdência. O governo do PT comemorou a façanha de ter conseguido aprovar medidas que FHC deixou para trás. Na época, o PT fazia a oposição parlamentar, apoiando-se nos setores descontentes do funcionalismo público para se potencializar eleitoralmente. Quando chegou ao poder do Estado, Lula seguiu as orientações do FMI, que previam a continuidade das Reformas de FHC. Os mais atingidos pelas mudanças são os servidores públicos, aposentados e pensionistas, que recebem pouco mais de 5 salários mínimos. Os marajás do funcionalismo federal foram protegidos com o teto de R\$17.300,00 e dos Estados com o equivalente a R\$15.613,00. O governo petista se curvou diante da pressão dos militares, juízes, parlamentares e descarregou seu peso sobre a grande maioria dos servidores, que vem sendo espoliada por meio de perdas de direitos e dos salários arrochados há mais de oito anos.

Eis os principais pontos contra a vida dos assalariados e servidores públicos

1. Teto:

Todos os trabalhadores (iniciativa privada e servidores) só poderão se aposentar com no máximo R\$2.400,00.

Quem ganha? Ganha o governo com o aumento do valor da contribuição. Ou seja, hoje o recolhimento era sobre R\$1.869,34, o que equivale a R\$205,60. Com a mudança do teto, R\$2.400,00, a contribuição passará para R\$264,00. Ainda mais. O trabalhador para conseguir se aposentar com esse teto terá de contribuir muitos anos, isso porque o cálculo é feito pela média das últimas contribuições para o INSS.

2. Previdência complementar (privada)

Os servidores que "quiserem" se aposentar com um valor acima do teto estipulado terá de contribuir com os fundos de pensão. Segundo a reforma, os fundos poderão ser "fechados" e com contribuição definida, mas sem o conhecimento de quanto será o benefício.

Quem ganha? São os fundos privados de previdência que utilizarão o dinheiro dos servidores e não garantem o retorno integral no momento da aposentadoria. Isso porque depende do valor de câmbio e da valorização das ações de

tais fundos.

3. Idade

Os funcionários públicos só poderão se aposentar quando atingirem no mínimo 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens).

Quem se aposentar pelas regras atuais (48 e 53 anos) deverá sofrer um redutor, que poderá ser de 3,5% para aqueles que saírem até final de dezembro de 2005, depois o redutor será de 5% para cada ano que faltar até atingir a idade estipulada.

Quem ganha? O governo, pois os funcionários terão de trabalhar mais sete anos. Caso utilizem as regras vigentes, terão perdas de até 35%.

4. Taxação dos aposentados e pensionistas

Os aposentados serão descontados em 11%. A taxa será feita para os aposentados que recebem acima de R\$1.200,00 nos Estados e Municípios e R\$1.440,00 na União.

Quem ganha? O governo que terá mais uma fonte de arrecadação. Os aposentados contribuem a vida inteira e serão obrigados a pagar a Previdência até a morte. Os pensionistas além de receber

um valor menor, sofrerão o desconto.

5. Fim da paridade

Os atuais funcionários e os futuros, que se aposentarão pela média dos últimos salários, terão os reajustes desvinculados dos funcionários da ativa. Posteriormente, será feita uma lei para nomear as vantagens que ficarão fora da paridade. No caso dos futuros servidores, não ocorrerá sequer a chamada paridade "parcial".

Quem ganha? O governo. Não será mais obrigado a conceder reajustes e/ou vantagens iguais aos que estão na ativa.

6. Redução do valor das pensões

As pensões que são deixadas ao cônjuge ou filho menor de 21 anos deverão ser de no máximo R\$2.400,00. Acima desse valor, sofrerá um desconto de 30%.

Quem ganha? O governo. Os pensionistas, que recebiam o mesmo valor do salário do servidor, serão confiscados em 30%. Não terão mais a paridade de reajustes com os servidores da ativa.

7. Fim da aposentadoria integral dos servidores

Os atuais servidores terão de reunir três condições: a) idade mínima (55 e 60 anos); b) tempo de contribuição (30 e 35 anos); c) 20 anos nos serviços públicos. Os futuros funcionários não terão aposentadorias integrais. Esses se aposentarão com o valor máximo de R\$2.400,00.

Quem ganha? O governo. Os servidores terão de trabalhar mais tempo, contribuirão com mais e receberão menos quando se aposentarem.

8. Professores de educação básica

Os professores para se aposentarem dependem: a) idade mínima (50 e 55 anos); b) tempo de contribuição (25 e 30 anos); c) 20 anos nos serviços públicos. Caso queiram se aposentar com 48 e 53 anos, terão de submeter ao redutor de 5% para cada ano que faltar até atingir os 50/55 anos.

Quem ganha? O governo. Os professores para se aposentarem terão de trabalhar mais tempo, contribuir com mais

e ainda serem taxados depois de aposentados em 11%.

9. Mais exploração: abono de permanência

Os servidores, depois de cumprirem com todas as regras e ainda continuarem na ativa, receberão uma abono de 11%.

Quem ganha? O governo. O servidor, além de trabalhar depois de cumprir o tempo para se aposentar, receberá em troca a isenção da taxa de inativos. Como servidor da ativa, continuará sofrendo os descontos da Previdência.

Quem ganha de fato?

Ganharão os banqueiros internacionais e nacionais que usurpam as finanças do país. Ganharão os grupos econômicos que continuam a ter altos subsídios do Estado. Ganharão os juizes, militares, parlamentares e outras esferas governamentais que não foram afetados em seus altos salários. Todos os ladrões e sonegadores dos cofres públicos permaneceram intocados.

Paralisação contra reforma continua entre servidores do Ceará

Os servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará (UFC) e outras categorias do funcionalismo público realizaram no dia 06/08 um ato público na praça central da cidade. Com o lema "o servidor vai a praça", os manifestantes protestaram contra a aprovação em 1º turno da reforma da Previdência. O funcionalismo público da UFC completou mais de 30 dias de greve contra a proposta da reforma da previdência do governo PT/Lula. Está previsto para o dia 19/08 um novo ato dos servidores em greve do estado do Ceará.

Os trabalhadores, nos últimos seis meses, vem sofrendo com o aumento do desemprego, com a imposição do salário mínimo miserável, com o crescimento dos acordos entre sindicatos e a patronal de redução salarial, terceirização, eliminação de conquistas trabalhistas elementares. E agora estão novamente às voltas com o ataque à aposentadoria.

As promessas eleitorais de garantir

10 milhões de empregos, acabar com a fome e realizar a reforma agrária foram engavetadas. Na prática, o que o governo implementa são os ditames do grande capital nacional e imperialista.

A luta para pôr abaixo a reforma neoliberal da previdência e derrotar o ataque sobre a vida dos trabalhadores exige independência política e mobilização de massa. Para isso é necessário as assembleias de base, a democracia sindical e a unidade grevista dos assalariados. Coloca-se a tarefa de lutar contra o bloqueio imposto pela burocracia sindical colaboracionista e a frente burguesa montada pelo governo PT/Lula.

Os trabalhadores, servidores ou não, devem se colocar pela defesa da Previdência Pública, única, estatal, e inteiramente sob controle dos trabalhadores. Devem se opor ao teto e exigir aposentadoria integral. Devem se colocar contra a gestão quadripartite (governo, patrões, servidores e trabalhadores da iniciativa privada) e defender um só controle, o

dos trabalhadores. Devem exigir que nenhum trabalhador se aposente com um salário mínimo de fome e sim com um salário mínimo vital. Combater a reforma da previdência do governo PT/Lula e o aumento das alíquotas previdenciárias por parte dos governadores implica organização da classe trabalhadora para enfrentar os governos subservientes. A recusa na organização e unificação dos trabalhadores por parte das direções sindicais demonstra a colaboração. É tarefa da camada consciente denunciar o colaboracionismo e exigir as assembleias unificadas para fortalecer a luta contra a reforma da previdência.

Abaixo a reforma neoliberal da previdência do governo PT/Lula

Por uma Previdência Pública, única, estatal, sob controle dos trabalhadores

Que o governo cumpra as promessas de campanha (10 milhões de empregos, que garanta a todo trabalhador 3 refeições diárias e que realize a reforma agrária)

Não ao apoio aos parlamentares

Dentro dos movimentos contra a reforma da previdência, dois setores têm defendido posição de apoio a parlamentares segundo suas posições na votação.

Setores da esquerda petista (Força Socialista etc.) defendem o apoio aos parlamentares que não tenham votado a favor da reforma da previdência. Com isso, pretendem esconder a votação de abstenção de seus parlamentares, que logo a seguir votaram a favor das emendas junto ao governo, como a taxa dos aposentados. E de apoio a parlamentares dos partidos burgueses que, por interesses escusos, não votaram com o governo.

O PSTU encabeça o setor que é a favor de apoio aos parlamentares que votaram contra a reforma, mas só os do PT e PCdoB. Procura se diferenciar se contrapondo ao apoio aos parlamentares dos partidos burgueses e denuncia os deputados petistas que se abstiveram e depois votaram a favor.

É um erro apoiar os parlamentares, mesmo os da esquerda e que votaram contra a reforma. Os movimentos não devem hipotecar apoio aos parlamentares em troca de votos no Congresso. O apoio a deputados significa manifestar a intenção de votar neles nas próximas eleições. Significa alimentar as ilusões

das massas nas instituições burguesas (parlamento) e nas eleições, desviando-as do caminho de tomar em suas próprias mãos a resolução dos seus problemas.

O POR é contra os movimentos se colocarem em apoio a qualquer parlamentar. Denuncia o seguidismo da esquerda petista, que propõe apoiar parlamentares dos partidos patronais para livrar a própria cara de quem votou a favor da taxa dos inativos. Denuncia o eleitoralismo do PSTU. E defende que os movimentos exijam dos parlamentares a votação contrária à reforma, sem nenhum tipo de apoio em troca.

Fortaleza:

Professores municipais entram em greve contra arrocho salarial

Desde o dia 04 de agosto, os professores das escolas municipais de Fortaleza estão em greve. A categoria reivindica reajuste salarial de 38,73%. O Prefeito Juraci Magalhães (PMDB) diz que não há dinheiro e que não dará reajuste este ano. Os estados e as Prefeituras falidas, porque tiveram e têm seus recursos cortados pelo Governo Lula para honrar os compromissos com o FMI e com a dívida externa, descarrega a crise sobre os trabalhadores na forma de o arrocho salarial.

Apesar disso, mais de 90% das escolas estão paradas. As assembleias têm participação massiva dos professores que tem mostrado imensa disposição de luta para arrancar a vitória a qualquer custo.

O Sindiúte, dirigido pelo PT (corrente O Trabalho) e que está à frente da greve, tem aceitado as manobras do Prefeito, visando desmoralizar a greve e cansar os professores. Tem corrido atrás de audiências com os secretários de educação (Paulo Petrola) e de finanças, já que o prefeito se recusa a recebê-los, aceitando a chantagem da Prefeitura de que não aceita negociar com manifestações na porta das secretarias. A direção do sindicato manobra para que as manifestações não atrapa-

lhem e permaneçam, portanto, distantes do local de negociação. O resultado de tudo isso é que mesmo depois de inúmeras audiências, o Prefeito não deu, até agora, nem 0,5% de reajuste! A prefeitura ofereceu, em troca do fim da greve, a esmola de R\$100,00, como abono, sendo R\$50,00 em agosto e os outros R\$ 50,00 em setembro, adiantamento de 30% do 13º em outubro e o retorno à negociação só em novembro. A assembleia de 15/08 rejeitou a proposta e aprovou a continuidade da greve. O POR tem dito que por aí não se arrancará nada do Prefeito, a não ser através da radicalização da luta. O grupo Crítica Radical, que abandonou o Sindicato entregando-o nas mãos do PT, vacila em defender a radicalização da luta e vez por outra fecha propostas com o PT que levam à paralisia da categoria. O Sindicato APEOC, aliado do governo do estado e da Prefeitura (Independentes, PC do B, PT-Articulação), que nunca mexeu uma palha, logo que saiu a greve procurou garantir um assento nas mesas de negociação para melhor apunhalar os trabalhadores em educação. A corrente O Trabalho, que acredite quem quiser, se reivindica trotskista, não passa de uma corrente da esquerda do

PT, que apóia incondicionalmente Lula nas eleições e que agora se restringe a fazer pressão aqui e ali para mudar as reformas, sem, no entanto, combater o governo Lula, que consideram ainda "em disputa". Essa mesma corrente tem alimentado o atraso político da categoria, reduzindo a discussão ao mais puro sindicalismo e economicismo. A categoria, por isso, tem rejeitado nas assembleias as falas que não sejam diretamente ligadas à questão salarial.

A direção do Sindiúte levará fatalmente a greve a um beco sem saída e, por fim, à derrota. O POR tem defendido, nos zonais (reuniões por áreas), a radicalização, o bloqueio de avenidas e de prédios públicos, a unidade dos trabalhadores e a luta contra as reformas do Governo burguês de Lula. O maior obstáculo à vitória da greve é, além da orientação capituladora das direções sindicais, o enorme atraso político da categoria, alimentado dia a dia por estas mesmas direções. A tarefa primeira consiste, portanto, na construção da Corrente Proletária na Educação e do POR como organizações enraizadas nos professores, ajudando-os a superar seu atraso a partir da própria experiência concreta das lutas.

Campanha da Corrente Proletária na Educação contra a Reforma da Previdência

A Corrente Proletária tem realizado debates nas escolas envolvendo alunos, funcionários e professores contra as medidas antitrabalhadoras impostas pela Reforma da Previdência do PT. Tem participado das manifestações em Brasília e em alguns Estados denunciando os ataques do governo Lula aos servidores públicos e aos assalariados pobres. Divulgou vários boletins. Publicamos abaixo a nossa campanha contra a reforma criminosa de FHC/Lula/Lula.

O governo PT/Lula cumpre a primeira lição de casa

Finalmente, a Reforma da Previdência do PT mostrou-se protetora dos juizes, militares, parlamentares e governos e esmagadora dos assalariados pobres.

O PT assumiu o compromisso com o FMI que daria continuidade à monstruosa Reforma da Previdência. Bastou seis meses de governo para fazer aprovar, contra os interesses da classe trabalhadora, medidas que destroem ainda mais as irrisórias aposentadorias. Na calada da noite, para impedir mais um ato de protesto dos servidores grevistas, fazendo concessões à alta cúpula do poder Judiciário e dando uma esmola para a CUT, o governo Lula impôs mais um passo da reforma pró-imperialista da Previdência.

O acordo com os governadores ditou as regras e o relatório final da Reforma. O governo do PT não poderia alterar pontos essenciais desse acordo pré-estabelecido. A cobrança dos inativos, o aumento da idade, a redução do valor das pensões e o fortalecimento da previdência complementar não seriam retirados em favor das reivindicações dos servidores públicos.

As intermináveis "negociações" e as alterações ocorridas não ferem a espinha dorsal da Reforma. Passar de R\$1.058,00 para R\$1.200,00 o teto para a cobrança dos inativos; aumentar de R\$1.058,00

para R\$2.400,00 o piso das pensões e elevar de 75% para 85% o subteto do judiciário nos Estados não mexe com a essência da Reforma que é a de aumentar a arrecadação por parte do Estado, dificultar as aposentadorias, reduzir o valor das pensões e aposentadorias e manter os privilégios da casta parasita (judiciário, militares e parlamentares e governos).

Para aprovar a Reforma, o governo PT/Lula foi obrigado a usar todas as armas do Estado burguês. O PT recorreu aos métodos repressivos colocando o aparato militar contra os grevistas e manifestantes, pressionou e puniu os parlamentares que fizeram oposição à Reforma, substituiu nomes de deputados nas comissões para facilitar a aprovação do relatório, usou a direção da CUT para aprovar nos congressos sindicais a Reforma e se limitar ao jogo parlamentar das emendas, manipulou dados e fez propaganda enganosa de que se tratava de corrigir uma injustiça contra a maioria dos trabalhadores por uma minoria de privilegiados.

O governo Lula nada mais fez do que cumprir o que prometeu aos credores internacionais e aos governadores. Prometeu o pagamento das dívidas interna e externa, manter o superávit de 4,25%, os juros altos, cortar gastos por meio da Re-

forma da Previdência e modificar a legislação impondo a reforma sindical e trabalhista. O governo petista cumpre o que prometeu.

Para os trabalhadores, Lula prometeu a reforma agrária, as três refeições ao dia e os 10 milhões de emprego. Ao invés de cumpri-la, o governo Lula intensificou a repressão aos camponeses pobres que lutam pela terra. Manteve a fome com a aprovação do salário mínimo de R\$240,00. Retirou direitos por meio da Reforma da Previdência. E sob seu governo, mais de 600 mil foram demitidos.

O PT governa contra os trabalhadores que o elegeu. E não poderia ser diferente. Foi eleito com o apoio de uma fração da burguesia, coligado com o PL, com o consentimento do imperialismo que exigiu o cumprimento dos acordos e contratos e se colocou por administrar o Estado, que é da classe que detém os meios de produção. Para servir os interesses dessa classe, o PT está obrigado a se voltar contra a maioria trabalhadora explorada.

Abaixo a Reforma patronal e pró-imperialista de FHC/Lula!

Por uma Previdência única, pública, gratuita, inteiramente sob o controle dos trabalhadores!

Emprego a todos! Salário mínimo real!

(9 de agosto de 2003)

O governo PT/Lula cumpriu o que prometeu

Pouco mais de sete meses de governo, Lula cumpriu o que prometeu ao FMI, banqueiros e aos governadores: aprovar a continuidade da Reforma da Previdência de FHC. Com a caneta em riste, ameaçou os descontentes do PT. Com o poder nas mãos, aceitou negociar a concessão de verbas e cargos exigidos

pelo PMDB e outros partidos. Apoiou-se em velhas raposas, Antônio Carlos Magalhães (PFL), Jutahy e Walter Feldman (PSDB) para disciplinar o voto de suas bancadas parlamentares. E aceitou as barganhas dos governadores – votar na Reforma da Previdência e conceder vantagens aos governadores na Reforma

Tributária. O resultado foi o esperado: a Reforma da Previdência do PT mostrou-se protetora dos banqueiros, juizes, militares, parlamentares e governos.

A Reforma da Previdência do PT/Lula é um crime contra os trabalhadores assalariados. Na sua essência é uma ataque aos aposentados por meio da taxaço e da im-

posição do teto. É o mecanismo para aumentar o tempo de exploração do trabalho pela via da elevação da idade. É o recurso para reduzir o valor das pensões e das aposentadorias. E, é, acima de tudo, o instrumento para favorecer os fundos de Previdência privados. Para aprovar essa monstruosidade, foi obrigado a usar a repressão militar para conter os servidores grevistas e as grandes manifestações ocorridas em Brasília.

Ao lado dos governadores, da oligarquia que domina a política estatal, dos parlamentares que fazem o papel de batte-paus do PT – entre eles o professor Luizinho – e da cúpula de marajás do funcionalismo; contra os milhares de servidores, desempregados, aposentados e trabalhadores explorados, o governo PT/Lula impôs a Reforma da Previdência exigida pelo FMI.

A CUT e as direções sindicais vinculadas ao PT não se colocaram contra o governo e a favor dos grevistas. Ao contrário, limitaram suas caravanas à Brasília no dia da votação. Com a política de “apoio propositivo”, por meio de emendas, acabaram de fato apoiando a reforma governamental. Os parlamentares, que se abstiveram na votação, em poucas horas estavam votando com o governo a taxa

dos inativos, como foi o caso de Ivan Valente (Força Socialista), Chico Alencar, Paulo Rubens e outros. Isso mostra o servilismo ao governo Lula.

Mas a Reforma da Previdência foi o ponto inicial de uma série de ataques à classe trabalhadora. O Fórum Nacional do Trabalho já “negocia” a retirada de direitos trabalhistas. Novamente, as direções sindicais e empresários estão juntos para “legalizar” os inúmeros acordos de redução salarial, terceirização, suspensão temporária etc assinados pela burocracia sindical. A palavra de ordem: vale o “negociado” sobre o “legislado” deverá ser colocada em lei por meio da reforma trabalhista/sindical.

Porém, não pára aí. O governo acelera a Reforma Tributária. Por meio dela, os governadores e prefeitos exigem a desvinculação das verbas públicas para a educação. O que significa a não obrigatoriedade de cumprir os míseros 25%, por exemplo, na educação.

Está aí a política do PT/Lula: descarregar a crise sobre a maioria da população pobre e proteger os banqueiros – com juros altos e pagamento das dívidas interna e externa – e os monopólios, que pressionam o governo para a redução de impostos, retirada de direitos elementa-

res dos assalariados, manutenção da política de arrocho salarial e direito irrestrito de demitir como lhe convier.

O governo PT/Lula aplica as medidas pró-imperialistas. Os trabalhadores da educação devem se colocar por derrubar a Reforma patronal e pró-imperialista de FHC/Lula/ Alckmin.

1. Unidade grevista para impor nossas reivindicações;

2. Reajuste imediato dos salários;

3. Estabilidade a todos os professores. Nada de concurso para demitir. Abertura de escolas e salas fechadas para que não haja um só professor desempregado;

4. Nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem sem escola (4 horas na produção e o restante na escola). Salário de acordo com suas necessidades;

5. Fim das reformas neoliberais. Previdência pública, única, estatal, inteiramente sob o controle dos trabalhadores.

6. Nenhum apoio aos governos que impõe o salário mínimo de R\$240,00, o fim de direitos trabalhistas, a miséria aos camponeses sem terra, aos desempregados e aos aposentados.

(15 de agosto de 2003)

Letras/USP: uma reforma curricular às pressas, para adaptar o curso à falta de professores

Os departamentos da Letras/USP preparam para a 2ª e 3ª semanas de agosto uma série de discussões sobre a situação do curso e propostas aos problemas levantados. É parte do processo de construção de um “projeto acadêmico” da Faculdade, apontado pela administração e pelos departamentos como condição para se retomar as discussões com a reitoria com vistas ao chamado “ponto 4” da proposta de acordo para o fim da greve estudantil de 2002. No próximo dia 28/08, pretende-se votar uma proposta na Congregação da FFLCH que sintetize as mudanças nos 5 cursos da faculdade, dentre eles o de Letras.

Propostas que existem há anos, que são defendidas por grupos de professores, e que ainda não foram apresentadas de maneira organizada e formal aos estudantes, podem ser implantadas. Algumas delas são conhecidas, e podem ser sintetizadas como:

a) “Flexibilização” do curso. Na verdade, transformação de disciplinas obri-

gatórias em optativas. Dessa forma, os departamentos ficam desobrigados de oferecê-las todos os semestres e com vagas a todos que precisem.

b) Aula prática. É a transformação de parte do tempo em sala de aula em estudo individual, sem a presença do professor. Na prática, é a redução do tempo efetivo de aula para adaptar o curso à falta de professores.

c) Fim do encadeamento de disciplinas. Poderão ser cursadas por exemplo Língua 5 e 7 no mesmo semestre. O objetivo é adaptar o curso a um ano básico mais 3 de língua, imposto com a reforma curricular de 1999.

d) Introdução da Licenciatura sem necessidade de bacharelado. Um projeto de reforma que pretende construir um currículo voltado exclusivamente à formação de professores e ao mercado, rebaixando a formação acadêmica e vinculando os estágios a interesses privados (mão-de-obra gratuita ou quase).

Também adequa o curso à falta de professores, com concentração de alunos em algumas disciplinas (salas de 200 alunos) e uso da dupla habilitação ou bacharelado em substituição às optativas.

A Corrente Proletária defende:

1) Rejeição da reforma curricular, com sua flexibilização, “aula prática”, licenciatura etc.

2) Retomada imediata de negociações com a reitoria, com vistas à contratação de mais professores, de acordo com nossas necessidades.

3) Fim de todos os mecanismos de estrangulamento da vida escolar e exclusão de estudantes: fim do ranqueamento e das exclusões de matrículas do Sistema Júpiter. Livre escolha das habilitações e garantia de vagas a todos nas disciplinas que necessitam para levar à frente sua vida escolar.

4) Discussão de reforma curricular somente em condições de existência dignas do curso, nunca para adaptá-lo à falta de professores.

Tese da Corrente Proletária na Educação ao Congresso da Apeoesp

A Corrente Proletária na Educação realizou no dia 17 de agosto sua plenária mensal para discutir a tese para o Congresso da Apeoesp. Inicia uma campanha nas escolas para divulgar as idéias poristas e eleger os delegados. Publicamos a apresentação da tese.

O Congresso da Apeoesp se dá em meio a uma seqüência de congressos iniciados com o 8º Congresso Nacional da CUT, da União Nacional dos Estudantes (UNE), dos metalúrgicos do ABC, bancários e petroleiros. Todos marcados pelo apoio ao governo PT/Lula. Realizam-se no momento em que o PT chegou à Presidência da República com a colaboração dos sindicatos e entidades estudantis, que controlam boa parte do movimento social, e com suas direções assumindo a responsabilidade de fazer parte da constituição desse governo, que se colocou abertamente por administrar o Estado burguês. O que imediatamente significou assumir os interesses do grande capital e, portanto, submeter-se ao imperialismo. O apoio eleitoral se estendeu à constituição do governo e, conseqüentemente, implicará o avanço da conciliação das organizações sindicais, populares e estudantis com o governo recém-eleito. O grau de compromisso dessas direções com a governabilidade do PT/Lula exige maior empenho em colocar os organismos dos trabalhadores (sindicatos etc) a serviço da defesa da política governamental.

Não se pode desconhecer o fato do governo Lula buscar apoio das potências imperialistas assumindo a causa dos banqueiros. O apoio dos sindicatos a um governo dessa natureza o coloca numa posição antinacional. O que anula as organizações sindicais diante da tarefa de defesa da independência nacional e de toda a luta antiimperialista.

Nesse sentido, um dos principais problemas desse Congresso é como assegurar a independência do movimento sindical perante o governo PT/Lula. O governo Lula não é da classe operária e nem dos explorados, como também não é um "governo de todos os brasileiros", como propagandeia o PT. Um governo que se propõe administrar o Estado burguês só pode ser da classe que detém os meios de produção e distribuição de ri-

quezas. Não é possível administrar por cima das classes. Um Estado é sempre de uma classe. É inaceitável a posição de acobertar a natureza de classe do governo e sua orientação política. Submeter os organismos dos trabalhadores ao governo é renunciar a defesa da independência dos trabalhadores frente ao Estado e seus representantes.

A burocracia sindical defendeu em todos os congressos o apoio ao governo Lula. Procurou combinar o apoio, a autonomia e a defesa das medidas antinacionais e antipopulares, que vêm sendo impostas pelo governo do PT. Essa posição expressa, na nova circunstância, o mesmo conteúdo de colaboração com o Estado burguês da linha denominada "propositiva", praticada diante do governo FHC. De "oposição propositiva" passou ao apoio "propositivo". O elo do sindicalismo com o governo se estreitou a ponto da política que vem do Estado fazer parte das campanhas no meio dos trabalhadores, a exemplo dos 2% do salário destinado ao programa "Fome Zero". O apoio "propositivo" já resultou em apoio à Reforma da Previdência com propostas de emendas a serem negociadas.

O artifício de que os sindicatos possuem autonomia se desmorona com a participação dos sindicalistas nos organismos estatais, Ministérios, Secretarias, cargos de diferentes natureza e agravado com a política de serem os interlocutores (negociadores) entre o Estado e os organismos dos trabalhadores. O grau de submissão dos sindicatos ao governo chegou ao ponto de Lula indicar o presidente da CUT antes do congresso por ser um "homem de confiança". Confiança que significa capacidade e disposição de defender a política governamental, mesmo que implique sacrifício das massas trabalhadoras.

No Congresso da Apeoesp, a direção majoritária é do PT e fará a defesa do apoio ao governo. Esconderá sob a má-

scara da autonomia da Apeoesp o colaboracionismo com o programa e a governabilidade do PT/Lula. Apoiar-se-á no sentimentalismo pequeno-burguês de que se trata de um governo saído do sindicalismo do ABC, oposto a toda a história republicana do país, para aprovar as teses de colaboração com o governo. Acusará os que denunciarem o servilismo da burocracia sindical de que estão fazendo o jogo da direita, para poder expressar neste seguimento do funcionalismo público (professores) a política do Estado burguês que o PT propôs dar seqüência. Travestidos ora de apoiadores, ora de opositores (no caso particular de algumas quirelas em torno da Previdência), a direção da Apeoesp fará do Congresso a apoteose da vitória de Lula. Os membros do governo, parlamentares, acadêmicos e funcionários a serviço do governo PT/Lula serão os propagandadores da política do Estado. Um exemplo foi a presença ostensiva de vários ministros como Palloci, Berzoini, Jacques Wagner etc nos Congressos de trabalhadores, como o dos metalúrgicos do ABC. O Estado e o sindicalismo se fundem com um único propósito: apoiar o governo Lula.

Não por acaso, a Corrente Proletária inicia sua tese defendendo a independência de fato do sindicato em relação ao governo, o que pressupõe a organização dos trabalhadores em torno de suas reivindicações para poder arrancar desse governo, que se colocou desde o início como continuador da política dos banqueiros e do grande capital, por meio da luta direta e de massa.

O segundo grande problema é a defesa da vida dos trabalhadores. A aprovação das reivindicações mais elementares como a elevação do salário mínimo, cauciação pelas organizações sindicais e populares, o combate ao desemprego por meio da redução da jornada sem redução salarial, para que não

haja nenhum pai/mãe de família e jovem desempregados, reajuste imediato a todos os salários e o fim de todas as reformas neoliberais que destroem direitos trabalhistas e serviços sociais deve ser o ponto de partida para potencializar a

luta dos explorados contra os exploradores e saqueadores do país.

A Corrente Proletária faz um chamado aos companheiros professores a atuar no Congresso combatendo a política de submissão da direção da Apeoesp ao go-

verno e levantando um programa de luta em favor do emprego, do salário, dos direitos trabalhistas e, particularmente na defesa da escola pública, única, estatal, laica, autônoma e vinculada à produção social.

Greve na USP, Unesp e Unicamp contra a reforma criminosa da previdência

Os professores das universidades paulistas (USP, Unicamp e vários campi da Unesp) entraram em greve contra a reforma da previdência. Juntaram-se ao funcionalismo federal, que está em greve há mais de um mês. Assembléias de estudantes têm manifestado apoio ou se juntado ao movimento.

A reforma da previdência é criminosa contra os trabalhadores em geral e contra as universidades públicas em particular. Sua essência é taxar aposentados, reduzir aposentadorias e pensões, aumentar o tempo necessário para se aposentar, tudo isso para desviar recursos públicos para o sustento do parasitismo financeiro (pagamento da dívida pública), e ainda, favorecer a previdência privada. A previdência deveria ser um direito garantido a todos pelo Estado, assim como a saúde e educação. A destruição da previdência pública é parte das reformas neoliberais, que atacam os direitos dos assalariados em benefício dos parasitas da sociedade. **Não é a população e sim o capital financeiro internacional e os grandes capitalistas nacionais que reivindicam sua implantação.** Querem que o governo garanta seus compromissos financeiros com eles, às custas de maior miséria da população. **Essa reforma não tem um único aspecto que favoreça os trabalhadores.**

Quanto ao discurso de que combate privilégios, a verdade é que **as castas privilegiadas de juizes e militares continuarão a sê-lo**, e haverá o favorecimento de fundos de previdência privada e a redução de aposentadorias e pensões, o que levará aqueles de melhores salários a buscarem aposentadoria complementar na previdência privada, enquanto os de menores salários estarão à mercê das consequências da reforma.

A reforma da Previdência destruirá cursos e disciplinas. Para a universidade pública, a reforma da previdência le-

vará a uma onda de aposentadorias precoces (só na USP, mais de 1100 professores já pediram contagem de tempo), tornará as carreiras acadêmicas ainda menos atraentes do que são e favorecerá uma nova migração de professores rumo à iniciativa privada. Com isso, muitas disciplinas deixarão de ser oferecidas por falta de professores e até acabar alguns cursos podem.

A previdência é um direito daqueles que trabalham e desgastam o melhor de sua condição física de ter sua sobrevivência garantida na velhice ou na invalidez. Constituem juntamente com a educação e saúde direitos democráticos que deveriam ser assegurados pelo Estado a todos, e sem nenhuma taxa por isso. Já é demais a exploração do trabalho assalariado. É a taxa sobre os capitalistas que deveria garantir o financiamento desses serviços sociais públicos. Defendemos a aposentadoria integral, por tempo de serviço, para todos e sustentada pelo Estado, a partir da taxa dos capitalistas.

A luta contra a reforma da previdência é parte da luta contra o aumento da exploração e opressão social e nacional. Está ligada à luta contra as outras reformas neoliberais (trabalhista, sindical, tributária, da educação etc.) e pelas reivindicações antiimperialistas (contra a Alca, pelo não pagamento da dívida externa, pela reestatização das empresas privatizadas com controle operário etc.). É condição essencial para avançar essas lutas a unidade nacional das massas contra as reformas neoliberais continuistas do governo do PT/Lula. O avanço da greve nas universidades e a dos servidores depende dessa perspectiva, e não da mera pressão parlamentar.

É um erro achar que basta uma pressão parlamentar sobre cerca de 50 deputados para impedir a reforma da previdência. Os parlamentares atuam

de acordo com os interesses dos setores do poder econômico que os elegeram. Também é um erro defender o apoio eleitoral aos parlamentares que tenham votado contra a reforma da previdência. **Os movimentos sociais não devem hipotecar apoio eleitoral, nem mesmo aos chamados "partidos de esquerda",** porque isso reforça as ilusões nas eleições e nas instituições dominadas pelo poder econômico, e desvia as massas de tomarem a resolução dos problemas pelas próprias mãos. **O correto é reivindicar que os parlamentares votem contra a reforma da previdência,** que é a reivindicação do movimento, sem estabelecer nenhum tipo de compromisso eleitoral.

A força necessária para enfrentar a reforma da previdência depende de ampliar o movimento grevista do funcionalismo federal e das universidades para as fábricas, para as ruas e para o campo. **Somente com a unidade com o movimento operário, popular, camponês e estudantil haverá força para derrotar o governo e os capitalistas,** daqui e de fora do país, e impedir a reforma criminosa da previdência e o conjunto das reformas neoliberais.

A luta contra a reforma da previdência não pode se restringir aos professores e funcionários. Na universidade, o setor com maior capacidade de mobilização e maior influência junto à sociedade são os estudantes. E serão grandes prejudicados com as consequências da reforma, que atacam os cursos, vidas escolares e perspectiva profissional.

O movimento estudantil precisa se colocar e agir. À luta contra a reforma da previdência deve se somar a reivindicação de contratação imediata de um substituto para cada professor que se aposentar. Contra as reformas curriculares que adaptam os cursos à falta de professores, pela contratação imediata de

todos os professores necessários para a existência dos cursos e disciplinas. Contra as fundações privadas, que atrelam a existência dos cursos e a pesquisa a interesses privados, pelo financiamento exclusivo da universidade pelo estado e por mais verbas públicas para a educação, de acordo com as necessidades fixadas pela comunidade universitária.

Judiciário SP:

Cadê a Campanha Salarial/2003?

A cúpula do TJ, através de uma série de medidas que vem tomando, implementa em nossa categoria a política do governo, de enxugamento da máquina administrativa, com cortes na folha de pagamento: a) parcelou a reposição salarial em 14 vezes, de forma que está sendo corroída e diluída pelos índices de inflação de mais de 30% nos últimos 12 meses; b) exigiu a compensação dos dias parados, ou em horas de trabalho, ou em horas credoras ou, ainda, retirando em dinheiro daqueles que estão se aposentando ou saindo do Tribunal; c) acabou com as férias forenses; e d) reduziu os auxílios de alimentação, saúde e transporte.

Essas medidas se complementam e sua aplicação só está sendo possível em função da atual desorganização da categoria, ou seja, coincide com o recuo dos judiciários no pós-greve.

Outro problema está no fato de não termos um sindicato combativo, que trabalhe pela organização, conscientização e unidade dos judiciários a partir de seus locais de trabalho. Esta situação se agrava ainda mais com o grande número de associações existentes e o peleguismo que a maioria delas incorpora (principalmente as maiores).

• que fazem as entidades?

A verdade é que no momento em que o atual governo nos empurra a reforma da Previdência, que na realidade significa a retirada de direitos conquistados pelo funcionalismo com muita luta, os pelegos se limitam a ficar procurando os deputados para tentar convencê-los a votar contra a reforma. O mesmo ocorreu com o aumento da contribuição de 5% para o Ipesp e nada adiantou.

Contra as perseguições políticas e processos contra os lutadores, pelo direito de livre manifestação e expressão.

Realizar assembléias e plenárias em todas as unidades. Reivindicar negociação conjunta dos três setores com a reitoria e os governos. Realizar manifestações conjuntas, construir um comando de greve unificado, tudo subordinado à as-

sembléia geral universitária (professores, estudantes e funcionários). Ir às ruas e chamar os trabalhadores e a população a se juntarem a esse movimento. Somente a luta unitária, que tem de envolver o movimento operário, popular e camponês, pode barrar a reforma criminosa e abrir caminho para derrotar as reformas neoliberais no seu conjunto.

Quanto à campanha salarial/2003, limitam-se a enviar ofícios e a pedir audiências ao TJ, negando-se a chamar uma verdadeira campanha salarial, mostrando-se colaboradoras do tribunal na implementação das medidas adotadas contra os funcionários.

Esta situação é inaceitável! Frente à crescente deterioração dos salários, ao aprofundamento das péssimas condições de trabalho e a outros ataques que com certeza virão, torna-se necessário iniciar imediatamente a campanha salarial 2003.

Nesse sentido, temos duas necessidades urgentes: a recuperação das perdas salariais, retroativa à nossa data-base (1º de maio), e a incorporação

de todas as gratificações e abonos ao salário-base, como forma de garantir nossos salários com um piso de R\$ 2.800,00.

Frente a tamanhos desafios, é fundamental que a categoria se organize. De que forma isso poder ser feito? Realizando discussões de uma proposta de pauta de reivindicações nos locais de trabalho, organizando reuniões nos prédios e comarcas. Este deve ser o ponto de partida para a organização e realização de uma ASSEMBLEIA ESTADUAL, para discutir e aprovar a nossa pauta de reivindicações, e preparar um calendário de lutas que coloque a greve como a principal forma de alcançar o atendimento das reivindicações

Propomos os seguintes pontos como eixo para a pauta:

- 1 - Incorporação da gratificação judiciária, dos abonos e demais gratificações ao salário-base.
- 2 - Fim das terceirizações, com admissão de todos os funcionários somente por concurso público.
- 3 - Inclusão no regime estatutário dos funcionários admitidos pela Lei 500 (efetivação).
- 4 - Reposição das perdas salariais, retroativa à nossa data-base (1º de maio).
- 5 - Fim das péssimas condições de trabalho.
- 6 - Implementação da Comissão de Prevenção de Acidentes (CIPA).
- 7 - Pagamento imediato dos atrasados que foram zombeteiramente parcelados em 14 vezes.
- 8 - Plano de cargos e salários que elimine o abismo salarial, os desvios de função, o apadrinhamento e a competição interna.
- 9 - Piso salarial de R\$ 2.800,00.
- 10 - Fim das punições e da compensação da greve de 2001.
- 11 - Saúde pública e universal (fim dos convênios).
- 12 - Previdência única, pública, integral e universal.

O PSTU e o programa

O PSTU tem feito campanha de ingresso de militante, apresentando-lhe o que denomina 'uma síntese de nossa estratégia, de nossos princípios programáticos e de como nos organizamos'. O folheto traz na capa um chamado: 'Venha para o PSTU - É hora de um partido de luta, de classe, revolucionário e socialista'.

Na abertura, apresenta o título 'Atrelado à Alca, ao FMI e à burguesia o governo Lula não fará mudanças'. A exortação 'é hora de um partido de luta' tem a ver com a afirmação de que 'Lula não fará mudanças'. Leva-nos a entender que esgotou a experiência com o PT e é hora de um novo partido.

Faz sentido, considerando o fato do PSTU ter centrado sua campanha em captar militantes do PT e atrair parte de correntes petistas de esquerda. O próprio PSTU foi fundado assim, o que se pretende é ampliar a experiência de construção do partido, que resulta da fusão de grupos que se entende 'trotskiantes', segundo a concepção do seu falecido líder 'Nahuel Moreno'.

Logo vemos que o programa tem de estar adaptado a esse objetivo.

Os seguidores de Moreno assimilaram a idéia de que o partido revolucionário será gestado por confluência de grupos distintos, que chegam a um acordo programático básico (um programa mínimo). Os morenistas do PSTU têm uma visão singular da relação partido e programa.

Consideramos singular porque distinta da concepção marxista de que o programa é a revelação das leis da história e suas manifestações particulares na realidade (País) em que se trava a luta de classe e se luta por transformá-la de capitalismo em socialismo. O que evidentemente não se presta à tática de aproximação de grupos sobre a base de um programa mínimo, que como tal não contém as leis da história, a tática e a estratégia revolucionárias. E que, como tal, traz em seus fundamentos a natureza do partido. Ou seja, sua organização e funcionamento condicionados pelo programa, pelo objetivo estratégico da revolução e ditaduras proletárias.

O PSTU não entende o programa assim. Limita-se a um conjunto de caracterizações circunstanciais, ligadas a um socialismo abstrato, carente de estratégia e tática, que mutuamente se condicionam, e

que tem o primado da estratégia sobre a tática. É esse vazio de definição estratégica e tática que lhe permite ter a idéia de construir o partido atraindo militantes e correntes para construção do partido, sem ter de passar pela dura prova do rigor marxista (do programa). Assim, o PSTU também dispensa a árdua tarefa de caracterizar o País, determinar as tarefas fundamentais e suas conexões com as transformações socialistas.

A síntese programática do PSTU - a síntese constitui a essência - está impressa em 18 páginas, sendo que as dez primeiras estão voltadas a criticar a política do PT, da 11 em diante procura colocar 'a luta pelo socialismo', justificar a necessidade do partido distinto do PT e conclui, nas quatro últimas páginas, com um 'breve histórico do PSTU'.

Criticar o PT para justificar o PSTU

Depois de descrever a situação de miséria, arrocho salarial e desemprego, de apontar a submissão ao FMI, de denunciar o 'sim à Alca' e responder aos argumentos falaciosos de Lula, explica:

'O PSTU, na campanha eleitoral, adverteu que se aliando à burguesia e atrelando-se ao FMI, Lula não mudaria o Brasil e acabaria atacando os trabalhadores' (...)

'Os trabalhadores elegeram Lula para inverter a lógica com a qual os outros governos enfrentaram a crise do capitalismo. Mas ele está fazendo o mesmo que os outros (...)' (pág. 4)

'O PSTU, nas eleições, fez um desafio a Lula: se rompesse com a burguesia nós o apoiaríamos'

Mas o PSTU apoiou o PT nas eleições, sem que o Lula rompesse com a burguesia. Não o apoiou no 1º turno, mas sim no 2º. E em sua campanha eleitoral não procurou desmascarar o PT/Lula. Preservou-o o máximo de suas críticas. No chamado ao voto do 2º turno, omitiu aos trabalhadores o significado pró-imperialista da 'Carta aos Brasileiros'.

A afirmação de que 'os trabalhadores elegeram Lula para inverter a lógica com a qual os outros governos enfrentaram a crise do capitalismo' embeleza as eleições e a consciência política das massas oprimidas. As eleições são o terreno político da

burguesia e nele impera sua ideologia dominante. Os trabalhadores foram arrastados pelas promessas de emprego, três refeições ao dia, reforma agrária. Tudo isso embalado numa rica propaganda em torno de uma política econômica de desenvolvimento, geração de emprego, distribuição de renda, paz no campo etc.

Mas as promessas, por si só, não dariam a vitória ao PT. A força da propaganda eleitoral foi potenciada e amparada por grupos econômicos e pelo apoio quase unânime das Igrejas. O descontentamento das massas com o governo FHC foi canalizado por um enorme aparato eleitoral da ordem capitalista. Estivemos diante de uma disputa eleitoral em que se trabalhou amplamente as ilusões democráticas dos explorados.

Progressivamente os oprimidos observam as eleições como instrumento de mentiras, falcaturas e negócios interburgueses. No entanto, nestas últimas eleições, foram arrastados extraordinariamente pela bem montada campanha, tendo por detrás a supervisão do imperialismo, que atuou para disciplinar com antecedência a candidatura do PT/Lula.

A avaliação do PSTU é uma caricatura para ajustar suas posições eleitorais e omitir sem mais nem menos seu apoio ao PT no segundo turno.

A caricatura, o esquematismo, prevalece no texto que se pretende uma síntese programática. É provável que os militantes do PSTU chamam o esquematismo de didática para ser compreendido pela nova militância. Se for assim, não é menos mal o didatismo esquemático em um documento de síntese programática. Principalmente quando obscurece as posições reais do PSTU.

Verificamos essa característica, ao tratar da forma de governo. O PSTU conserva a bandeira de voto em um governo dos trabalhadores. Durante vários anos de participação no PT, quando se denominava Convergência Socialista, defendia voto em um governo dos trabalhadores do PT, vote em Lula por um governo dos trabalhadores. O POR sempre foi crítico a essa formulação estratégica não só pela sua generalidade (trabalhadores vai do proletariado à pequena burguesia proprietária dos meios de produção) mas por trazer a ilusão em um governo revolucionário saí-

do das eleições.

Eis como comparece a estratégia do governo dos trabalhadores diante da concretezude que assumiu a vitória do PT/Lula.

‘Um governo não tem dois lados. Ou é um governo dos trabalhadores, apoiado na mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo, para transformar o país; ou é um governo que se apóia nos partidos da burguesia, nas suas leis, no seu Congresso, enfim, no seu Estado e no seu regime.’

É inaceitável que se formule, mesmo em uma síntese programática, que se pretende revolucionária, marxista, a questão do governo com tamanha ligeireza, superficialidade e mecanicismo esquemático.

O PT não ‘optou por um governo de colaboração de classe’, como afirma o texto. (pág. 8) Todos seus pressupostos econômicos, políticos, sociais e estratégicos sempre foram pró-capitalistas. Já na primeira eleição presidencial, compareceu como um partido reformista e frentepopulista. Nesta última, sem abandonar to-

talmente a retórica do reformismo, assumiu posições pró-imperialistas, como as que constam na Carta aos Brasileiros.

A estrutura de governo foi montada com o objetivo de dar curso à política já traçada no governo anterior, como se fosse uma simples transição. O PSTU não pôde e não pode ter uma clara e real análise do governo do PT porque trabalhou, ao longo de sua existência, sobre a base de ilusões democráticas em torno de um governo revolucionário engendrado por meio de disputa eleitoral e, portanto, no ventre da democracia burguesa.

A contraposição entre um governo eleito que se apóia nos partidos da burguesia, como é o do PT, e um governo dos trabalhadores também eleito e que se apóia na mobilização dos trabalhadores para romper com o imperialismo e transformar o país é puro subjetivismo retórico. Um governo revolucionário virá de uma situação revolucionária, portanto, de uma situação em que a luta eleitoral já não se coloca como fator determinante na política de

domínio burgueses.

De que adianta a declaração de que ‘o PT construiu como estratégia para realizar mudanças do país à via das eleições como prioritária’, enquanto que ‘o PSTU foi formado por diferentes organizações que, no interior do PT, discordavam dessa estratégia, se toda formulação do governo dos trabalhadores está presa à via eleitoral.

O PSTU nos responderá que não essa sua real posição. A real seria: ‘Somente um governo dos trabalhadores, sem burgueses, pode de fato resolver nossos problemas. O PSTU participa de eleições, mas como uma das formas de intervenção do partido, nunca como a prioritária.’

Ocorre que o PSTU tem o governo dos trabalhadores como estratégia eleitoral (vote em um governo dos trabalhadores). Não demonstra aos trabalhadores que por meio das eleições não se implantará o governo revolucionário.

(No próximo Massas publicaremos a continuidade de nossa crítica ao programa do PSTU)

Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no Jornal “Massas” nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

O Manual do Organizador foi escrito em novembro de 1977, para que os militantes do Partido pudessem perceber a necessidade de mudar a forma de encarar a militância em vários aspectos, principalmente como atuar com os contatos.

Manual do Organizador (Para um poderoso Partido) II – O que foi feito e o que devemos fazer agora

B) O Papel das Células no Desenvolvimento da Linha Partidária

A discussão ao redor da linha política que corresponde a um determinado momento da evolução da consciência operária, assim como os métodos de trabalho e organização que devem ser aplicados para ser possível a efetivação da linha programática, têm de ser continuamente aplicados de forma coletiva pela militân-

cia. Isso significa que o meio mais adequado para sua realização seja a célula. É isso que queremos sublinhar quando sustentamos que a linha partidária é elaborada pela militância. Por outro lado, este é o significado da vinculação do partido às massas através das células, pois estas são o instrumento para o trabalho partidário e político entre os explorados.

A fixação da linha política e dos métodos organizativos e de trabalho através da discussão nas células permite que a luta de classes, o estado de ânimo dos explorados, atuem como fatores determinantes daquela tarefa. Devemos ter em conta que a célula concentra, educa e organiza homens de carne e osso que formam as massas, que são explorados e oprimidos como os próprios operários, que a todo dia tem necessidades e aspirações diferentes, e lutam para resolvê-las com seus companheiros de classe.

A célula é uma célula viva quando dá resposta aos problemas partidários e aos que emergem da vida e atividade das massas. Devemos sublinhar que é uma tendência perniciosa entre os militantes e as células a passividade na vida partidária, limitando-se a receber instruções da direção e contribuindo para dividir os militantes em uma minoria privilegiada

que só elabora e a maioria que se limita a obedecer não importa que ordens vindas de cima. Se não lutarmos sistematicamente contra esse vício, ele destruirá a capacidade criadora e a iniciativa dos militantes, que, contrariamente, devem ser despertadas, animadas e cultivadas, por serem parte essencial da militância e da atividade política.

Estão com uma linha de atuação ruim as células que se limitam a ler as instruções da direção para, na maioria das vezes, arquivá-las sem a menor consideração ou comentário a respeito. As decisões dos organismos diretivos do Partido são proposições que devem ser discutidas, objetadas, complementadas etc. Este é o verdadeiro diálogo que deve ser aberto pelos militantes do partido, entre as células e a direção. A melhor solução para os problemas deve ser discutida e concretizada mediante sua aplicação na vida diária da célula, da fábrica ou da universidade. A célula discute e estuda as decisões superiores com a finalidade de armar a militância para que ela consiga resolver melhor as situações práticas que aparecem durante a militância diária. Desta forma, a célula não abandona a tarefa criadora e contribui decisivamente na vida partidária.

Nesta edição:

- Israel ataca Líbano e rompe trégua
- Governo norte-americano busca nova via de dominação do Iraque
- Autoretrato do M.A.S. : contra-revolucionário e pró-burguês
- A relação entre programa e finalidade estratégica
- Brasil: resistência popular às medidas econômicas que toma diariamente Lula, o "caudilho popular"

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Israel ataca Líbano e rompe trégua

Aviões de Israel bombardearam o sul do Líbano, em busca de alvos de organizações palestinas. A seguir, os aviões sobrevoaram a capital do país, Beirute, aterrorizando a população. O Hamas considerou o ataque uma violação da trégua e reiniciou a ofensiva de atentados.

Israel rompe a trégua para tentar assassinar as lideranças dos grupos palestinos. O Hamas só aceitou fazer uma trégua com Israel justamente pela ofensiva do Estado israelense, que vinha acertando os alvos e matando as lideranças palestinas. Pretendia ganhar tempo para se reorganizar.

Israel tem necessidade de atacar os alvos dos grupos palestinos a fim de preservar a opressão nacional e social sobre a nação.

Os palestinos, pela ausência do partido revolucionário e organização independente do proletariado, só estão resistindo pela ação dos grupos nacionalistas pequeno-burgueses ou burgueses, que se baseiam nas ações individuais ou de pequenos grupos bem treinados (ataques de homens-bomba).

O governo norte-americano tem pressionado para que o governo de Israel implemente um plano de pacificação da região, baseado numa se-

mi-independência formal da região palestina, preservando a opressão nacional e social, e com ela os interesses de domínio ianque na região. Mas o governo israelense, movido pelas pressões dos setores mais radicais da opressão sionista, pretende seguir a linha da pacificação pela violência estatal contra os grupos resistentes.

A libertação da palestina depende da construção de um movimento apoiado no programa do proletariado, que varra com a opressão nacional, destruindo o estado de Israel, enclave ianque no Oriente Médio, e construa pela revolução o Estado Operário.

Governo norte-americano busca nova via de dominação do Iraque

Após o fracasso da contenção dos ataques contra as tropas de ocupação pelo assassinato dos filhos de Saddam Hussein, os Estados Unidos pretendem agora atrair os países que divergiram da forma da guerra (França, China, Rússia etc.) para discutir a elaboração de um plano de pacificação do Iraque a ser aplicado pela ONU.

Os ataques dos grupos iraquianos são progressivos porque expressam a resistência contra a ocupação militar do país pelos Estados Unidos. Os ianques

não conseguem detê-los porque expressam a revolta da população contra a ocupação. Revolta que tem se manifestado em marchas pelas ruas da capital Bagdá, e que tem sido duramente reprimidas (a bala) pelas tropas de ocupação.

Os norte-americanos avaliam que não será possível deter a revolta popular somente com a repressão. O conselho de caciques tribais, submissos ao imperialismo, não serviu de teatro de um governo nacional. É preciso criar uma fachada "democrática" à ocupação do país, colo-

cando-o sob a tutela da ONU. Por isso, os EUA estão chamando seus rivais na ONU para discutir com eles a formação de um conselho multinacional.

A resistência iraquiana precisa caminhar para o armamento geral da população para expulsão das tropas de ocupação. E precisam de apoio do movimento operário mundial, que tem de exigir a saída do imperialismo do Iraque, defender seu direito de autodeterminação (o que inclui o direito de se armar).

Bolívia

Autoretrato do M.A.S. : contra-revolucionário e pró-burguês

Até hoje, toda a falta de conduta do partido de pequenos proprietários, aventureiros, caça-fortunas, apodrecidos etc, se distingue por sair em defesa do capitalismo, da classe dominante e da sociedade burguesa, classista e sedimentada na opressão e exploração da maioria da população.

Os massistas proclamam ser eleitores e se jogam por inteiro para conseguir a vitória nas próximas eleições municipais. Em suas mãos os municípios não são trincheiras da revolução anti-burguesa, mas um meio para saquear dinheiro proveniente da participação popular e para realizar negócios duvidosos. Estamos

diante de um movimento contra-revolucionário e não popular.

Última proposta do MAS, que o retrata de corpo inteiro

A direção do M.A.S enviou uma carta pública ao presidente Sánchez de Lozada, na qual propõe estabelecer um diálogo com o objetivo de melhorar algumas disposições legais, superar a atual crise econômica, tudo *procurando evitar que a radicalização a atual das massas conclua num levante popular*. Nas entrelinhas, dá a entender que se joga de corpo inteiro no afã de que se imponha no país um clima de paz social, fechem todas as comportas que possam conduzir à eclosão de uma revolução social.

De imediato, chega-se à conclusão de que o M.A.S., apesar de todas as críticas que se possa fazer ao atual governo, procura cooperar com o governo burguês, concluir no parlamentarismo, utilizar as eleições e a tribuna parlamentar para expressar seu pensamento reformista e em nenhum caso recorrer à ação direta das massas pra impor seus objetivos.

Bolívia

A relação entre programa e finalidade estratégica

É inconcebível um partido revolucionário sem programa, isto é sem finalidade estratégica. Em nosso país e em outras latitudes repetem grupos, que abusamente se colocam o rótulo de "partidos políticos", que não têm programa, isso porque os considera algo sem maior importância. A experiência diária demonstra que esses agrupamentos aparecem e desaparecem a cada minuto, sem deixar o menor vestígio.

Inconcebível um partido em programa

Para os marx-leninistas-trotskistas, o militante do Partido Operário Revolucionário é o que está de acordo com o programa dessa organização política.

É inconcebível que alguém se reivindique do POR sem conhecer seu programa ou que divirja com parte de seu conteúdo.

Há algumas organizações que consideram seu programa como uma peça decorativa e até em desuso, isso ocorre sobretudo quando os acontecimentos têm desmentido a essência de sua programa. Muitas vezes, arquivam esse documento por considerá-lo sem serventia ou superado pelos acontecimentos.

É certo que no programa partidário não podem estar incluídos todos os acontecimentos políticos, que algumas vezes têm

Brasil: resistência popular às medidas econômicas que toma diariamente Lula, o "caudilho popular"

Estão esgotados o período das etapas democrático-burguesas e a política de cooperação com as transnacionais e o imperialismo. O exemplo do populista Lula ratifica essa conclusão, pois se lançou a ganhar a confiança do fascista e assassino Bush e nessa medida dá as costas aos operários e camponeses do Brasil.

O que chegou ao extremo é o corte de

benefícios sociais aos trabalhadores estatais e inclusive a redução salarial aos que dependem das empresas privadas.

Nossa própria experiência nos ensina que os explorados e oprimidos terão de passar por um longo e dificultoso processo antes de arremeter contra o traidor e suas próprias promessas eleitorais.

Esse processo somente poderia se

Não está empenhado em substituir a atual sociedade por outra nova pelo caminho da revolução. O MAS é reformista empedernido e procura alcançar seus objetivos no marco da ordem social, econômica e legal imperante. Deseja que a revolução seja um sonho absurdo e inalcançável.

Instrumento da Contra-revolução

A proposta que comentamos retrata o M.A.S. como um agrupamento contra-revolucionário, reacionário, que procura estabilizar o governo da burguesia, nada menos que o encabeçado pelo poderoso mineiro Goni-Patiño.

Alguém dirá que se trata de uma consequência inevitável de um agrupamento de pequenos proprietários, que sonham converter-se em poderosas empresários burgueses.

Os políticos massistas expressam obrigatoriamente o objetivo de politiqueros que estão longe da doutrina revolucionária e já são extremamente corruptos.

sucedido cronologicamente depois da aprovação do programa, que no caso do Partido Operário Revolucionário boliviano só pode ser de um outro congresso da organização.

Conclusão: O Partido cujo programa está em desuso quer dizer que deixou de ser tal.

A Essência do Programa

No programa se refletem os aspectos fundamentais do país, de suas realções com a economia mundial e revela o caminho que seguirá no futuro, além de que interpreta o que está ocorrendo.

Isso quer dizer que o programa revela as leis do desenvolvimento e transformação qualitativa da sociedade.

De outra maneira: o programa resume na finalidade estratégica que assinala. As vezes, os partidos que escondem o que pretendem encobrem a finalidade estratégica.

O POR reflete a insurgência da propriedade social dos meios de produção, encarnada no impulso instintivo das massas operárias, que buscam destruir a grande propriedade privada burguesa, as multinacionais e o imperialismo.

De outra maneira: o POR encarna a revolução social.

acelerar se no país vizinho pudesse surgir velozmente uma poderosa direção política marxista-leninista-trotskista. O processo histórico ensinará por que caminhos terá de evoluir a classe operária para alcançar seu objetivo estratégico.

Extraído do Masas boliviano n° 1865, de 01/07/2003